

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.586.581 - RJ (2019/0280411-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A
ADVOGADOS : MARCELA TEIXEIRA VIEIRA MACHADO DA CUNHA - RJ134145
VALESKA SILVA ALCÂNTARA DE SOUZA - RJ215100
AGRAVADO : BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS
ADVOGADOS : ILAN GOLDBERG - RJ100643
EDUARDO BARROSO LEVENTHAL - RJ139983
ISABELLA GARNIER SOARES FERREIRA - RJ196102
AGRAVADO : TEL TRANSPORTES ESTRELA SOCIEDADE ANONIMA
ADVOGADOS : ROBSON DOMINGUES DE OLIVEIRA - RJ076481
RENATA DA ROCHA JANSEN - RJ084407
INTERES. : AILTON SILVEIRA DA SILVA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto por SUPERVIA – CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A. contra decisão que inadmitiu o recurso especial em virtude da ausência de negativa de prestação jurisdicional e incidência das Súmulas n. 7 e 83 do STJ (e-STJ fls. 901/908).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 812):

CIVIL E RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE FERROVIÁRIO. ABALROAMENTO ENTRE TREM E COLETIVO, EM CRUZAMENTO DE PASSAGEM DE NÍVEL. AÇÃO DA SUPERVIA OBJETIVANDO REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAL E MORAL. PROVA DOS AUTOS A REVELAR QUE A SINALIZAÇÃO SONORA E LUMINOSA (VISUAL) DA PASSAGEM DE NÍVEL NÃO FUNCIONAVA. ALÉM DISSO, A UNIDADE FERROVIÁRIA NÃO APRESENTAVA BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, A VISIBILIDADE NO LOCAL É PREJUDICADA POR PRÉDIO, COM POUCO RECUO E O MURO DA FERROVIA, E O EVENTO OCORREU DURANTE A MADRUGADA. NEXO DE CAUSALIDADE ROMPIDO PELA CULPA EXCLUSIVA DA SUPERVIA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA QUE DEVE SER MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

No recurso especial (e-STJ fls. 834/850), interposto com fundamento no art. 105, III, "a" da CF, a recorrente apontou ofensa aos seguintes dispositivos (e-STJ fl. 840):

- (a) 489, II e III e 1.022, II do NCPC - ao afastar as alegações da Recorrente, no tocante à contradição quanto ao fundamento adotado na sentença, sem qualquer justificativa, mesmo após a oposição dos Embargos de Declaração que tinha por objetivo obrigar o Tribunal a fazê-lo, o acórdão deixou de conter os seus requisitos essenciais;
- (b) 28, 29, 44 e 212, do Código Brasileiro de Trânsito - ao desconsiderar que os veículos que se deslocam sobre trilhos (como os trens da ora Recorrente) tem preferência de passagem sobre os demais, que deverão demonstrar prudência especial ao aproximar-se de qualquer tipo de cruzamento de linha férrea; e
- (c) 371 e 373, I do NCPC - ao decidir pela improcedência do pedido autoral sem que a parte Ré tivesse comprovado os fatos constitutivos de seu direito;

No agravo (e-STJ fls. 935/947), afirma estarem presentes todos os requisitos de admissibilidade do especial e defende não incidirem os óbices apontados.

Contraminutas apresentadas (e-STJ fls. 953/960 e 961/968).

É o relatório.

Decido.

Da violação dos arts. 489, II e III, e 1.022, II, do CPC/2015

Inicialmente, não há falar em negativa de prestação jurisdicional, pois o Tribunal de origem pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca da questão suscitada nos autos. Ao contrário, verifica-se a mera pretensão de reexame do mérito do recurso, o qual foi exaustivamente analisado, circunstância que, de plano, torna imprópria a invocação da ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. OMISSÃO NO ACÓRDÃO DE ORIGEM. ARTIGOS 489 E 1.022 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE. VALOR DANO MORAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições, deve ser afastada a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, I e II, do Código de Processo Civil.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.774.091/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 25/6/2019, DJe 1º/7/2019.)

Da culpa exclusiva

Sobre a culpa exclusiva, o Tribunal de origem decidiu a controvérsia nos seguintes termos (e-STJ fls. 819/820):

Restaram incontroversos o acidente e os danos, contudo, o nexo de causalidade foi rompido pela culpa exclusiva da SuperVia, tendo em vista a conclusão do Laudo de Exame em Local de Acidentes de Tráfego com Vítimas, produzido pelo ICCE, de que a causa determinante da ocorrência do evento foi “a inoperância da sinalização sonora e luminosa (visual) da passagem de nível”.

O laudo produzido pela autora, apenas com depoimento dos maquinistas, são provas unilaterais e não são suficientes para rechaçar as conclusões da perícia realizada pelo órgão técnico da polícia civil.

Cabia a SuperVia provar que a sinalização estava em perfeito funcionamento no dia do acidente ou mesmo que as avarias na sinalização eram compatíveis com o evento danoso.

Ademais, ao contrário do que alegou a autora, o acidente não ocorreu a luz do dia e, ainda conforme o citado laudo, a visibilidade no local para transposição da passagem de nível é prejudicada por prédio, com pouco recuo e o muro da ferrovia, o que vai de encontro com a tese de que o condutor do coletivo foi imprudente.

Não há nos autos provas de que o motorista do ônibus foi alertado pelos meios de sinalização da passagem do trem e, conseqüentemente, de que deixou de observar o direito de preferência do trem no cruzamento ou o dever de parar o veículo antes de transpor a linha férrea.

Frisa-se que tão somente “o ensurdecido barulho de um trem que se aproxima” não é suficiente para demonstrar a imprudência do condutor do ônibus.

A agravante pretende rediscutir questão analisada no Tribunal de origem a respeito da responsabilidade civil. Dessa forma, concluir em sentido contrário implicaria revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, vedado em sede de recurso especial, ante o disposto na Súmula n. 7/STJ. Sobre o tema:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS. ACIDENTE NO DESEMBARQUE DE ÔNIBUS. ATROPELAMENTO. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA NÃO COMPROVADA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DANOS MORAIS. VALOR ARBITRADO NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. RAZOABILIDADE. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O eg. Tribunal de origem, com fundamento nas provas testemunhal e documental, afastou a alegação de culpa exclusiva da vítima pelo acidente por atropelamento. A modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

2. O valor arbitrado pelas instâncias ordinárias a título de danos morais somente pode ser revisado em sede de recurso especial quando irrisório ou exorbitante. No caso, o montante fixado em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) não se mostra exorbitante nem desproporcional aos danos causados à vítima, que foi arrastada e atropelada pelo veículo, sofrendo politraumatismo e outras lesões graves que resultaram em deformidades e redução permanente da capacidade para realização de suas atividades.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.759.215/CE, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 26/2/2019, DJe 15/3/2019.)

CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ATROPELAMENTO. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO (TRANSPORTE COLETIVO). RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA CONFIGURADA. REEXAME. SÚMULA 7 DO STJ.

1. A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.

2. Essa responsabilidade objetiva baseia-se na teoria do risco administrativo, em relação a qual basta a prova da ação, do dano e de um nexo de causa e efeito entre ambos, sendo, porém, possível excluir a responsabilidade em caso de culpa exclusiva da vítima, de terceiro ou ainda em caso fortuito ou força maior.

3. O reexame das circunstâncias fático-probatórias que levaram as instâncias ordinárias a concluir pela existência de culpa exclusiva da vítima encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1.115.349/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 7/12/2017, DJe 14/12/2017.)

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, MAJORO os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intemem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator